



## Manifesto homenagem a Moncho Reboiras

Na madrugada de 12 de agosto de 1975 a polícia franquista abate a tiros José Ramon Reboiras Noia em Ferrol. Tinha 25 anos e era membro da direção nacional da União do Povo Galego (UPG). A sua morte foi a expressão mais crua da repressão sobre esta organização política que naqueles dias sofreu inúmeras detenções, encarceramento, tortura e exílio de grande parte dos seus e das suas militantes.

Franco morria três meses depois e a ditadura dava lugar a um acordo entre os seus herdeiros com uma oposição possibilista que, sem respeitar as reivindicações populares, punha em marcha a Transição para uma democracia condicionada que obviou a necessária ruptura e homologação com outros países europeus da nossa área. Uma Constituição de compromisso foi a pedra angular desta operação que se alongou num pacto tácito para ocultar o genocídio que se seguiu ao golpe de Estado militar contra a República e os assassinatos seletivos posteriores de pessoas que defenderam a liberdade do seu povo. Moncho Reboiras foi uma delas.

Tiveram que passar mais de trinta anos para que, com um governo do PSOE, fosse promulgada a Lei 52/2007, conhecida como Lei da Memória Histórica. Com a sua aplicação surgia a possibilidade de confrontar na prática o tal pacto de silêncio e de desenvolver um processo de reparação moral das e dos que foram perseguidos e massacrados no decurso da luta pela democracia. Porém, uma calculada desídia institucional e as próprias eivas da Lei, levavam-na a esmorecer a não ser por um forte movimento associativo a prol da Memória Histórica que alicerçou a sua aplicação.

Na sequência desta nova situação e após o requerimento da sua família, o Conselho de Ministros veio reconhecer que Moncho Reboiras sofreu de maneira ilegítima perseguição e violência, até lhe darem morte, pela sua militância política nacionalista e o seu envolvimento na luta sindical. Atendendo ao disposto na supracitada Lei, que honra os que sofreram injustamente perseguição e violência durante a guerra civil e a ditadura, o Ministro da Justiça aprova uma Declaração de reparação e reconhecimento pessoal de Moncho Reboiras que, destarte, supera as condições de invisibilidade que uma democracia covarde exerceu sobre a “Galiza mártir”.

Há pessoas que lutam toda uma vida e essas são imprescindíveis, concluía Bertolt Brecht num dos seus poemas mais citados, com um eco que chega até Moncho Reboiras. A sua luta permanente por uma Galiza livre e popular em todos os campos em que era reclamado ou que ele mesmo considerava necessários para a sua ação política revolucionária, quer fosse intelectual, cultural, sindical, organizativa, agitada ou armada, levou-o a abandonar a tranquila vida profissional que naquela altura lhe proporcionaria a sua carreira de engenheiro técnico industrial pela sacrificada e perigosa vida na clandestinidade.

Disposto sempre a escutar e compreender, a dialogar e argumentar; apaixonado leitor; com grande capacidade de síntese e de organização; sóbrio e reflexivo, Moncho irradiava serenidade e segurança à sua volta sem pedir nada aos demais que ele não estivesse disposto a fazer. Eis a sua liderança.

Com a sua reabilitação institucional, Moncho Reboiras já é património de todos os galegos e galegas de bem. Na Galiza cumprir-se-á a vontade dos mártires, deixou-nos dito Castelão, e as suas palavras reflectem-se agora no legado de Moncho Reboiras por uma Galiza soberana, democrática e popular. Que a sua lembrança puxe cada dia desta arela em nós.